



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2051 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 11 - Política da Educação Superior

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) E INOVAÇÃO: VICISSITUDES DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Paulo Jorge de Oliveira Carvalho - PUC-SP/PPGE História, Política, Sociedade - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Charles Abrantes Coura - PUC-SP/PPGE História, Política, Sociedade - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Agência e/ou Instituição Financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) E INOVAÇÃO: VICISSITUDES DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Resumo

O trabalho problematiza a qualidade da Educação a Distância (EaD) no âmbito das políticas de expansão da educação superior no Brasil – modalidade a distância – por meio da inserção de práticas pedagógicas consideradas inovadoras em função do uso de tecnologias digitais e de multimídias. O objetivo é verificar a consistência pedagógica de tais práticas didáticas por meio de pesquisa bibliográfica e documental sobre estudos que discutem o processo de modernização do ensino superior brasileiro e modelos e fundamentações teórico-pedagógicos para EaD utilizando como referencial de análise concepções teóricas de Bourdieu, Certeau e Ferretti. Os resultados apontam para a inconsistência pedagógica na proliferação da EaD no Brasil verificada nas dificuldades com o manejo das novas mídias e tecnologias nos cursos a distância, no despreparo e incapacitação de professores-tutores e de cursistas para essa modalidade de educação, e, especialmente, na ausência de fundamentação na abordagem e na compreensão das práticas didáticas realizadas.

Palavras-chave: Educação superior. Educação a distância (EaD). Prática pedagógica. Inovação.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) E INOVAÇÃO: VICISSITUDES DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Resumo

O trabalho problematiza a qualidade da Educação a Distância (EaD) no âmbito das políticas de expansão da educação superior no Brasil – modalidade a distância – por meio da inserção de práticas pedagógicas consideradas inovadoras em função do uso de tecnologias digitais e de multimídias. O objetivo é verificar a consistência pedagógica de tais práticas didáticas por meio de pesquisa bibliográfica e documental sobre estudos que discutem o processo de modernização do ensino superior brasileiro e modelos e fundamentações teórico-pedagógicos para EaD utilizando como referencial de análise concepções teóricas de Bourdieu, Certeau e Ferretti. Os resultados apontam para a inconsistência pedagógica na proliferação da EaD no Brasil verificada nas dificuldades com o manejo das novas mídias e tecnologias nos cursos a distância, no despreparo e incapacitação de professores-tutores e de cursistas para essa modalidade de educação, e, especialmente, na ausência de fundamentação na abordagem e na compreensão das práticas didáticas realizadas.

Palavras-chave: Educação superior. Educação a distância (EaD). Prática pedagógica. Inovação.

1. Situando o leitor

A recente propagação de propostas da educação superior no Brasil, divulgadas como inovadoras e com finalidades de modernização das práticas pedagógicas, destacam-se pela inserção de tecnologias digitais e de multimídias, assim como pelo fenômeno de disseminação da modalidade de educação a distância[1].

As iniciativas parecem menos preocupadas em agregar capital cultural e simbólico ao universo da formação intelectual (Bourdieu, 2004a)[2], do que em equacionar a oferta de acesso à educação universitária como estratégia de motivação potencializadora de práticas escolares – inovadoras – e da continuidade do processo de escolarização.

As propostas ditas inovadoras, na forma e no método, aludem a um processo de modernização do ensino superior brasileiro cuja preocupação está longe de ser premissa dos dias atuais, podendo ser identificado na base de sua origem no país.

No Brasil, o ensino superior incorporou os ideais da burguesia francesa do século XVIII – e o modelo de excelência presente no ensino germânico no final do século XIX – e desenvolveu-se no início do século XIX com base nas instituições isoladas de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, de Engenharia, no Rio de Janeiro e de Direito, em Olinda e em São Paulo – cujo formato fragmentado e o caráter profissional que revestia a formação no ensino superior eram alvos de críticas (CUNHA, 2007).

As primeiras universidades brasileiras, resultados da união formal das faculdades isoladas, começaram a surgir na terceira década do século XX. No entanto, somente na década de 1960 é que os anseios pela superação desse modelo de ensino superior passaram a tomar forma.

Em 1966, criou-se o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), para assumir a coordenação e execução dos acordos assinados entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), cujo principal objetivo era transformar a universidade brasileira em uma instituição alinhada aos interesses de modernização do país.

Em 2004, praticamente quatro décadas depois, é apresentado o anteprojeto de lei da reforma da educação superior no Brasil que recebeu muitas críticas por parte da comunidade docente e estudantil por seu caráter privatista estimulando parcerias entre os setores público e privado e por ter tido como exigência a subordinação da pesquisa científica e tecnológica às necessidades do processo produtivo (CÊA, 2006).

Nas três outras versões do anteprojeto, incluíram-se pontos tidos como fundamentais para o desenvolvimento da educação, dentre eles, vale destacar a **permissão da modalidade a distância em todos os cursos superiores** a expansão da educação superior por meio da criação de faculdades, centros universitários, universidades e por meio do aumento da oferta de vagas.

2. A Reforma da Educação Superior: retrocesso ou inovação?

A análise feita por Cêa (2006) sobre a reforma da educação superior mostra que medidas como a Lei da Parceria Público-Privada e do Programa Universidade para Todos (ProUni) contribuíram para o objetivo ideológico neoliberal que transformou a educação superior em mercadoria visando à formação e qualificação de quadros profissionais por meio da subordinação da pesquisa científica e tecnológica ao contexto e às necessidades do processo produtivo.

Em consonância, Reis (2007) demonstra a existência de um modelo econômico político adotado pelo Estado brasileiro que privilegia e reforça o processo de privatização de empresas estatais e está associado à forte presença do mercado para “superação da crise da universidade brasileira” assim como afirma que “a reforma universitária de 1968, conduzida pela ditadura militar, inaugurou a privatização da educação superior brasileira” (REIS, 2007, prefácio).

No escopo da discussão dos autores, a reforma da educação superior no Brasil possibilitou o fortalecimento do setor privado que passou a considera-la uma oportunidade de ampliar ainda mais as condições mercadológicas educacionais.

No decorrer dos últimos anos, a experiência profissional em instituições de ensino superior, no campo da docência, pesquisa e gestão, tem propiciado a observação direta desse contexto educacional que evidencia forte concorrência entre as instituições para atrair alunos em busca de um diploma universitário capaz de proporcionar acesso a vários tipos de capitais: social, econômico, cultural ou simbólico (BOURDIEU, 2004b).

Contudo, o certificado educacional – caracterizado pelo autor, sobretudo como capital cultural no estado institucionalizado – apresenta-se como produto a ser adquirido em cursos de graduação com finalidades distintas à formação culta, mas equacionadas em uma engrenagem de sedução dos jovens ao espaço escolar, planejado e estruturado com base no uso de tecnologias que potencializariam práticas escolares inovadoras e, desta maneira, motivariam o aluno a dar continuidade ao processo de escolarização (BOURDIEU, 2004b).

Para tanto, facilitam-se o preço, o acesso à informação e ao material didático, minimiza-se o tempo de permanência na escola, homogeneizam-se as práticas educacionais e transforma-se o aluno em um cliente cuja atitude se assemelha ao

“consumo conspícuo” de bens utilizados para promover a reputação e a condição social (VEBLEN, 1965).

Tais propostas, consideradas por muitos como inovadoras, não parecem levar em conta o capital cultural e social do aluno e, ao contrário do que propõem, corroboram as contribuições de Certeau (1995) e de Bourdieu (2005), que desmistificam a educação como instância transformadora e democratizadora e, com base em seus estudos, caracterizam a escola como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais.

3. Educação a Distância (EaD): (i)novação na modernização do ensino superior

No Brasil, a educação a distância no ensino superior é regida pela Lei Federal 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – complementada pelo Decreto No 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da referida lei e insere a EaD como modalidade de ensino válida e amparada legalmente (BRASIL, 1996; 2005).

Com o objetivo de elucidar a problemática do presente trabalho, qual seja verificar de que maneira a propagação da educação a distância na modalidade do ensino superior é associada à modernização com base na inserção de práticas pedagógicas associadas ao uso de tecnologias digitais e de multimídias destaca-se aqui a pesquisa documental como decisiva para o estudo.

No intuito de investigar sobre ações pedagógicas inovadoras no âmbito da Educação a Distância (EaD), procedeu-se ao estudo bibliométrico nas bases de dados digitais da Scientific Eletronic Library Online (SciELO); do banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES); e nos resultados de pesquisa do Google Acadêmico.

Segundo Gil (2002), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (p.44). O uso das potencialidades da internet na investigação e na identificação de produção de conhecimentos na área de EaD, como ocorre na consulta às bases de dados digitais, potencializa a comunicação científica dando-lhe sentido e significado (ANDRÉ, 2009).

A estratégia de busca centrou-se em palavras-chave relacionadas a práticas pedagógicas em cursos no ensino superior na modalidade de educação a distância, no período de 2005 a 2014, e resultou em trabalhos desenvolvidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* na área da Educação – teses de doutorado dissertações de mestrado acadêmico – e em artigos publicados em periódicos e anais de congressos da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), que discutem sobre modelos e fundamentações teórico-pedagógicos para EaD (RESENDE, 2005; RAMOS e SANTOS, 2006; BEHAR, PASSERINO e BERNARDI, 2007; BEHAR, BERNARDI e SILVA, 2009; FERREIRA, 2009; MOREIRA, 2009; BERNARDI, 2011; GRÜTZMANN, 2013).

A discussão realizada pelos autores apresenta, em comum, a constatação do uso de novas tecnologias na mediação de projetos de educação – aspecto em que podemos aplicar o conceito de inovação que, assim também é entendido por Ferretti (1980), ao afirmar que, do ponto de vista da didática, pode-se considerar inovadoras ações que criam “métodos ou técnicas de ensino que favoreçam a integração social dos alunos, bem como estimulem a participação destes em outros níveis que não apenas o intelectual” (p.63).

Vale salientar que, em consonância com as pesquisas desenvolvidas por grupo organizado por Cunha (2006), entende-se inovação com base no estudo da fundamentação pedagógica de procedimentos que propõem ruptura paradigmática necessária “para reconfigurar o conhecimento para além das regularidades propostas pela modernidade (...) e não apenas a inclusão de novidades, inclusive as tecnológicas” (pp.40-41).

O estudo de Ferreira (2009) identificou problemas no processo seletivo e nas condições de trabalho de tutores além da necessidade da criação de espaços autoformativos e formativos para o desempenho das funções que exercem, de tal forma que pudessem refletir e pesquisar sobre a própria prática, com vistas a transformá-la e ressignificá-la.

Vale destacar, no estudo da autora, a constatação de que

o discurso e prática dos tutores são mesclados por inconsistentes concepções de educação, EaD, professor-tutor, ensino e aprendizagem. Transitam entre abordagens tradicionais, construtivistas, sociointeracionistas e explicitam reduzidos conhecimentos acerca destes elementos e da modalidade à distância. Na maior parte dos encontros presenciais, os tutores se mostram confusos, inseguros, carentes de orientações e de apoio didático-pedagógico, metodológico, tecnológico e administrativo. Apresentaram dificuldades com o planejamento, a coordenação de atividades interativas, colaborativas e significativas, orientações do estágio, monografia e memorial. Demonstraram fragilidades teórico-práticas sobre os diversos saberes, competências e habilidades que envolvem a docência, na perspectiva crítico-reflexiva-investigativa em EaD (FERREIRA, 2009, Resumo).

O destaque é importante porque estabelece interface com a presente investigação na medida em que se identificam problemas relacionados às preocupações das quais se partiu para empreender esta pesquisa.

O estudo de Bernardi (2011) identificou a necessidade de desenvolvimento de competências com relação a docentes vinculados à EaD e de formalização de planejamento pedagógico consistente e apropriado às práticas didáticas na

modalidade a distância, além de capacitação discente para uso das tecnologias em cursos a distância – destacando a ausência de fluência digital e de criatividade visando a construção de saberes e significados com as tecnologias.

O trabalho de Moreira (2009) constatou a incompetência dos professores para o uso do AVA como espaço de docência, a ausência de cursos formativos para uso das mídias utilizadas pela IES nos cursos de EaD, assim como a dificuldade dos docentes para a elaboração de teleaulas transmitidas pela televisão e de conteúdos didático-pedagógicos.

Em comum, esses trabalhos apresentam resultados que identificam a falta de consistência pedagógica nas práticas didáticas presentes em cursos de nível superior ofertados na modalidade de educação a distância, além de apontarem para as dificuldades de manejo das ferramentas tecnológicas por parte de educadores e estudantes.

4. Considerações Finais

A razão de ser e a finalidade da proliferação da EaD carece de consistência pedagógica e parece estar mais diretamente ligada aos interesses mercantilistas do capital e, portanto, capturada por uma lógica de dominação oriunda do campo da economia e de interesses políticos internacionais.

A questão é verificada nos resultados dos estudos que apontam para a dificuldade com o manejo das novas mídias e tecnologias nos cursos a distância, o (des)preparo e (in)capacitação de professores-tutores e de cursistas para essa modalidade de educação, e, especialmente, a ausência de fundamentação na abordagem e na compreensão das práticas didáticas realizadas.

A incongruência no paradigma que vincula modernização a práticas pedagógicas associadas à EaD e, por essa razão, consideradas inovadoras, constitui uma das fragilidades no processo de transformação social do ensino superior justamente em função do crescimento que, inadvertidamente, é dado a significar avanço tecnológico em prol de inclusão e de acesso facilitado à educação.

Dessa maneira, cria-se uma falsa consciência da noção de inovação associada à inclusão de novidades tecnológicas na educação a distância que impede de despir o “véu tecnológico” que a cobre e de desbaratar o sistema de dominação a que serve.

[1] No resultado do Censo da Educação Superior 2013 constata-se a oferta de mais de 1,2 mil cursos a distância no Brasil, que equivalem a uma participação superior a 15% nas matrículas em cursos de graduação (BRASIL. MEC, 2014).

[2] O termo capital, oriundo da economia clássica, é introduzido no âmbito da análise social por Bourdieu (1980) e Coleman (1988), que ampliam o entendimento do conceito imprimindo-lhe sentido de valor capaz de criar distinção entre grupos sociais e representando vantagens culturais e sociais que contribuem para que indivíduos ou grupos alcancem um nível socioeconômico mais nobre.

Referências

ANDRÉ, Claudio F. Aspectos bibliométricos da EAD. In: LITTO, Frederic M., FORMIGA, Marcos (orgs.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson, 2009, pp.435-444.

BEHAR, Patrícia A., PASSERINO, Liliana M., BERNARDI, Maira. Modelos pedagógicos para educação a distância: pressupostos teóricos para a construção de objetos de aprendizagem. *Revista Novas Tecnologias na Educação*. UFRS: Porto Alegre, RS, v.5, n.2, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22877/000648079.pdf?sequence=1>>. Acesso em: ago. 2015.

_____, BERNARDI, Maira, SILVA, Kellen. Arquiteturas Pedagógicas para a Educação a Distância: a construção e validação de um objeto de aprendizagem. *Revista Novas Tecnologias na Educação*. UFRS: Porto Alegre, RS, v.7, n.1, 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/renote/article/view/14088>>. Acesso em: set. 2015.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria A. N., CATANI, Afrânio (orgs.). *Escritos de educação*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004a, pp.65-69.

_____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de educação*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004b, pp.73-79.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005, pp.295-336.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional* 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: set. 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. *Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf>. Acesso

em: set. 2017.

CÊA, Georgia Sobreira dos S. As versões do projeto de lei da reforma da educação superior: princípios, impasses e limites. In: SIQUEIRA, Ângela C. de; NEVES, Lúcia Maria W. (Org.). *Educação superior: uma reforma em processo*. São Paulo: Xamã, 2006.

CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, Chicago, USA, v.94, pp.S95-S120, 1988. Disponível em: <<http://courseweb.lis.illinois.edu/~katewill/china/readings/coleman%201988%20social%20capital.pdf>>. Acesso em: jul. 2017.

CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: UNESP, 2007.

CUNHA, Maria I. (org.). *Pedagogia universitária: energias emancipatórias em tempos neoliberais*. Araraquara/SP: Junqueira&Marin, 2006.

FERREIRA, Zélia M. *Prática pedagógica do professor-tutor em educação a distância no curso veredas - formação superior de professores*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo – USP, 2009.

FERRETTI, Celso J. A inovação na perspectiva pedagógica. In: GARCIA, Walter E. (Coord.). *Inovação Educacional no Brasil: problemas e perspectivas*. São Paulo: Cortez Editora, 1980. pp. 55-82.

GIL, Antonio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRÜTZMANN, Thaís P. *Os saberes docentes na tutoria em Educação a Distância*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas (UFPel), 2013.

MOREIRA, Alcides do N. *Percepção docente e discente do modelo pedagógico de EAD - mídia televisiva e ambiente virtual de aprendizagem: o caso da Unitins*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília – UNB, 2009.

RAMOS, Andréia F., SANTOS, Pricila K. A contribuição do design instrucional e das dimensões da educação para o desenvolvimento de objetos de aprendizagem. *Anais do XXVI Congresso da SBC*. Campo Grande, 14 a 20 jul., 2006. Disponível em: <<http://www.br-ie.org/pub/index.php/wie/article/viewFile/876/862>>. Acesso em: ago. 2015.

REIS, Ronaldo R. Prefácio. In: Rodrigues, José. *Os empresários e a educação superior*. Campinas: Autores associados, 2007.

RESENDE, Regina L. S. M. de. *Fundamentos teórico-pedagógicos para EAD*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), 2005, 10p. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2005/por/pdf/055tcb5.pdf>>. Acesso em: ago. 2015.

VEBLÉN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.